

CORREIO DE CAMPINAS

Agência Brasil



Medida visa garantir saúde da mulher durante ciclo

Jonas comemora Licença Mentrual remunerada I

Em meio às comemorações do Mês da Mulher, o deputado federal Jonas Donizette (PSB-SP) celebrou a aprovação da Licença Menstrual, aprovada pela Câmara dos Deputados, que permite até dois dias consecutivos por mês para as que sofrem com sintomas graves associados ao fluxo menstrual. A matéria segue para análise do Senado. A licença valerá para as trabalhadoras com carteira assinada e para estagiárias. O direito ao afastamento remunerado será concedido mediante a apresentação de laudo médico que comprove as condições. “É um avanço importante na pauta da saúde e dignidade feminina”, pontua o parlamentar.

Jonas comemora II

“Com isso, também há regulamentação clara para evitar conflitos trabalhistas. É segurança jurídica para as trabalhadoras e para os empregados”, acrescenta o deputado. O texto aprovado é a versão da relatora, deputada Professora Marcivania (PCdoB-AP), para o projeto de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que argumentou que a medida visa garantir maior equidade e prevenção em saúde ocupacional.

Prefeitura de Campinas



Projeto prevê agilidade no acesso a dados

Informações da Prefeitura I

A vereadora Paolla Miguel (PT-SP) protocolou um projeto que garante o acesso dos parlamentares ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Prefeitura. Prevê o acesso direto e imediato para consultar todos os protocolos e processos administrativos no sistema, incluindo os documentos restritos. “Visa modernizar a função fiscalizadora do Legislativo junto ao SEI, adequando-a aos critérios da Lei Geral de Proteção de Dados e da Lei de Acesso à Informação (LAI)”, afirma.

Informações da Prefeitura II

Ainda de acordo com a deputada, a implementação do SEI em Campinas foi um passo gigante para a eficiência administrativa, entretanto o acesso dos parlamentares aos processos ainda ocorre de forma morosa e burocrática, dependendo de requerimentos de informação que levam semanas para serem atendidos, o que prejudica a fiscalização em tempo real.

PINGA-FOGO

Celebração? I

No domingo (8), Dia Internacional das Mulheres, a vereadora Paolla Miguel (PT-SP) respondeu um vídeo da cantora Bia Ferreira, ativista antirracismo e feminismo negro. “Hoje, eu não quero flores, nem felicitações e chocolate, ou qualquer outra coisa que me faça parecer que hoje é para comemorar”.

Celebração? II

“Não me sinto festiva, nem à alegre. Tô sem vontade de sorrir enquanto a dona Sônia continua escravizada na casa do desembargador. Somos uma ameaça aos covardes. Mulheres descobrindo a cura de doenças antes incuráveis, enquanto a invulnerabilidade do machismo continua latente”.

Cancelado I

O vereador Arnaldo Salvetti (MDB-SP) anuiu com a legenda, que cancelou a filiação de Dado Dolabella ao diretório do partido no Rio de Janeiro. A decisão ocorreu após solicitação do presidente nacional da sigla, Baleia Rossi, em concordância com o presidente do diretório estadual fluminense, Washington Reis.

Cancelado II

O partido comunicou que a medida atende a manifestações de filiados, com ênfase no público feminino, que se posicionou contra a entrada do ator na legenda. O histórico de Dolabella em relação à violência contra a mulher inclui condenações judiciais e denúncias registradas por ex-companheiras, como Viviane Sarahyba.

Salgado I

O vereador Wagner Romão (PT-SP) está convocando populares e políticos a participar da audiência pública sobre a implantação do chamado Sistema Adutor Regional das Bacias PCJ (dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí). A reunião será às 10h no dia 11 no Plenário da Câmara.

Salgado II

“A ideia de Tarcísio é privatizar toda a operação, e fatalmente a população vai sentir o peso no bolso com o aumento da conta de água. Isso porque a Sanasa vai ter que pagar à concessionária pelo adicional de água captado da represa, algo que não acontece hoje”, afirma o parlamentar.



A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, em Brasília (DF)

Ministra debaterá feminicídio na Câmara

Márcia Lopes estará na Casa das Leis e também no Sindiquinze

Raquel Valli

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, virá à Câmara Municipal de Campinas (SP) em 18 de março para debater a implementação do Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio (leia mais abaixo). O encontro será às 15h, integrando atividades voltadas ao fortalecimento da rede de proteção e combate à violência contra o público feminino.

A visita se encerra após a plenária de mulheres marcada para as 19h no Sindiquinze (Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região). O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios foi instituído pelo Decreto 11.640/2023 sob coordenação do Ministério das Mulheres para prevenir a misoginia e a violência de gênero por meio de ações intersetoriais, com participação do governo federal, estados, municípios e sociedade civil.

Organiza-se em três eixos principais: a prevenção primária, por meio da mudança de comportamentos e crenças, combatendo estereótipos de gênero em áreas como educação, cultura, esporte e comunicação. Seguindo pela prevenção secundária, que foca na intervenção precoce quando o risco é identificado, utilizando redes de segurança pública, saúde e Justiça para impedir que a violência se repita ou se agrave. E prevenção terciária,

que atua na reparação dos danos causados, garantindo às sobreviventes o acesso a direitos fundamentais como saúde, assistência jurídica, trabalho e habitação.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no fim de semana a Lei nº 15.353, que altera o Código Penal para reforçar a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima no crime de estupro de vulnerável.

A norma reforça que a vulnerabilidade não pode ser relativizada, ou seja, não pode ser reduzida ou questionada com base em circunstâncias do caso. De acordo com a ministra Márcia Lopes, “a sanção desta lei reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a proteção das meninas e mulheres. A violência sexual é uma das mais graves violações de direitos humanos e não pode ser relativizada. Ao estabelecer de forma expressa que a vulnerabilidade da vítima é absoluta, a norma fortalece a segurança jurídica e contribui para que o sistema de Justiça atue com mais firmeza no enfrentamento a esse tipo de crime”.

Aplicação

O texto também estabelece que as penas se aplicam independentemente de consentimento da vítima, de sua experiência sexual, do fato de ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime ou da ocorrência de gravidez resultante da prática do crime.